



TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

**PARTIDO COMUNISTA DOS TRABALHADORES PORTUGUESES – PCTP/MRPP**

**Relatório da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (ECFP)  
relativo às contas do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses –  
PCTP/MRPP referentes ao ano de 2012**

**A. Considerações Gerais. Metodologia Adotada**

1. O presente Relatório da ECFP contém as conclusões dos trabalhos de revisão, efetuados com aplicação de procedimentos de auditoria, às Contas do Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses referentes ao ano de 2012. Deste Relatório constam as questões suscitadas face aos resultados da auditoria, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro.
2. Os procedimentos de auditoria adotados na revisão às Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2012 do **Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses**, doravante referido por PCTP/MRPP ou apenas Partido, contemplaram dois trabalhos distintos mas complementares:
  - (i) Aplicação de procedimentos de revisão analítica às principais rubricas das Demonstrações Financeiras;
  - (ii) Aplicação pela ECFP, com a colaboração da sociedade AB – António Bernardo, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Unipessoal, Lda. (AB – António Bernardo), de procedimentos de revisão limitada, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que os mesmos sejam planeados e

executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame simplificado consistiu na: (i) obtenção de confirmação de saldos e outras informações por parte de entidades cujos saldos/transações foram considerados relevantes; (ii) verificação do cumprimento do regime contabilístico de tratamento das receitas e despesas, designadamente no que diz respeito à aplicação, com as devidas adaptações, dos princípios aplicáveis do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e, em especial, à verificação da discriminação das receitas e despesas incorridas; (iii) análise da legalidade e conformidade dos documentos de receitas e dos documentos de despesas; (iv) verificação do pagamento das despesas e do recebimento das receitas; e (v) aplicação de outros procedimentos de verificação e análise que permitiram verificar o grau de cumprimento por parte do Partido dos preceitos legais, nomeadamente da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, doravante designada apenas por L 19/2003, da Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro, adiante designada por LO 2/2005, e da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, adiante designada como L 55/2010 e tendo em conta a jurisprudência relevante do Tribunal Constitucional.

3. O Relatório que a ECFP envia à apreciação do **PCTP/MRPP**, para além de apresentar, na Secção B, uma análise das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, sintetiza, na Secção C, as limitações constatadas/situações de impossibilidade de conclusão, erros ou incumprimentos detetados em resultado do trabalho de análise efetuado pela ECFP e por AB – António Bernardo às contas da atividade do PCTP/MRPP em 2012. Na Secção D é apresentada a Conclusão formal deste trabalho.
4. A ECFP solicita ao PCTP/MRPP que comente cada um dos Pontos cujas conclusões são sinteticamente apresentadas nas Secções B e C deste Relatório da ECFP. Se não for facultada documentação adicional ou esclarecimentos suplementares manter-se-ão no Parecer da ECFP as conclusões constantes deste Relatório.

**5.** De entre as incorreções, situações anómalas e de falta de informação identificadas pela ECFP e por AB – António Bernardo no decurso dos trabalhos de auditoria às contas anuais de 2012, salientam-se as seguintes:

- Deficiências no processo de prestação de contas (ver Ponto 1 da Secção C deste Relatório);
- Falta de registo de gastos do período ou de períodos anteriores (ver Ponto 2 da Secção C deste Relatório);
- Não consideração de custos por atrasos de entregas ao Estado (ver Ponto 3 da Secção C deste Relatório);
- Dívida a credor, sem movimento – Possibilidade de eventual donativo de pessoa coletiva (ver Ponto 4 da Secção C deste Relatório);
- Dívida a filiado proveniente de anos anteriores – Donativo irregular ou ilegal (ver Ponto 5 da Secção C deste Relatório);
- Impossibilidade de confirmar a origem e a legalidade de receitas do Partido (ver Ponto 6 da Secção C deste Relatório);
- Não apresentação da Lista de Ações e dos Meios utilizados em cada ação (ver Ponto 7 da Secção C deste Relatório);
- Incerteza quanto à razoabilidade das despesas com deslocações em viatura particular (ver Ponto 8 da Secção C deste Relatório);
- Impossibilidade de confirmação de despesas relativas a meios de propaganda – Impossibilidade de confirmação de que todos os gastos do ano se encontram refletidos nas contas (ver Ponto 9 da Secção C deste Relatório).

## **B. INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

**1.** As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2012 do PCTP/MRPP e submetidas à apreciação do Tribunal Constitucional, na última versão retificada, entregue em 3 de junho de 2014, compreendem o Balanço (que evidencia um total de Ativo de 125.843 euros e um total de Capital próprio de 60.307 euros, incluindo um resultado líquido de 41.077 euros) e a Demonstração dos resultados relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de rendimentos de 179.472 euros e um total de gastos de 138.395 euros).

Assinala-se que, no decurso do trabalho de auditoria, e na sequência da deteção de deficiências na prestação das contas anuais de 2012, o Partido

procedeu à sua retificação, bem como ao registo contabilístico de documentos, respeitantes ao ano de 2012, que não constavam na primeira versão das contas, tendo entregado nova versão no Tribunal Constitucional, já em 3 de junho de 2014, versão esta que se encontra publicitada no sítio na Internet do Tribunal Constitucional, sub-sítio da ECFP.

Reproduz-se de seguida o Balanço e a Demonstração dos Resultados por naturezas entregues pelo Partido em 03/06/2014:

Balanço em 31 de dezembro de 2012

	<b>31-12-2012</b>	<b>31-12-2011</b>	<b>Variação</b>	
			<b>Valor</b>	<b>%</b>
<b>ATIVO</b>				
<b>Ativo não corrente</b>				
Ativos fixos tangíveis	921,30	1.825,18	-903,88	-49,5
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	
	<b>921,30</b>	<b>1.825,18</b>	<b>-903,88</b>	<b>-49,5</b>
<b>Ativo corrente</b>				
Adiantamentos a fornecedores	1.001,17	0,00	1.001,17	
Estado e Outros entes Públicos	0,00	0,00	0,00	
Outras contas e receber	30.398,35	19.697,12	10.701,23	54,3
Diferimentos	2.430,58	2.425,00	5,58	0,2
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	
Caixa e depósitos bancários	91.091,69	56.645,38	34.446,31	60,8
	<b>124.921,79</b>	<b>78.767,50</b>	<b>46.154,29</b>	<b>58,6</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>125.843,09</b>	<b>80.592,68</b>	<b>45.250,41</b>	<b>56,1</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>Capital Próprio</b>				
Resultados transitados	19.230,14	65.152,94	-45.922,80	-70,5
	<b>19.230,14</b>	<b>65.152,94</b>	<b>-45.922,80</b>	<b>-70,5</b>
Resultado líquido do período	41.076,92	-4.908,30	45.985,22	-936,9
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>60.307,06</b>	<b>60.244,64</b>	<b>62,42</b>	<b>0,1</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões	4.424,81	4.424,81	0,00	0,0
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	
	<b>4.424,81</b>	<b>4.424,81</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0</b>
<b>Passivo Corrente</b>				
Fornecedores	126,69	20,21	106,48	526,9
Estado e outros entes públicos	119,05	214,55	-95,50	-44,5
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	
Outras contas a pagar	60.865,48	15.688,47	45.177,01	288,0
Outros passivos correntes	0,00	0,00	0,00	
	<b>61.111,22</b>	<b>15.923,23</b>	<b>45.187,99</b>	<b>283,8</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>65.536,03</b>	<b>20.348,04</b>	<b>45.187,99</b>	<b>222,1</b>
<b>Total do Capital próprio e do Passivo</b>	<b>125.843,09</b>	<b>80.592,68</b>	<b>45.250,41</b>	<b>56,1</b>

Demonstração dos Resultados relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2012:

RENDIMENTOS E GASTOS	2012	2011	Variação	
			Valor	%
Vendas e Serviços Prestados	0,00	0,00	0,00	
Subsídios à Exploração	178.487,30	168.241,49	10.245,81	6,1
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00	0,00	
Fornecimentos e Serviços Externos	-125.374,74	-70.262,61	-55.112,13	78,44
Gastos com o Pessoal	0,00	0,00	0,00	
Outros Rendimentos e Ganhos	984,26	0,00	984,26	
Outros Gastos e Perdas	-260,01	-113.486,27	113.226,26	-99,8
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	53.836,81	-15.507,39	69.344,20	-447,2
Gastos /Reversões de Depreciação e de amortização	-903,88	-1.116,55	212,67	-19,0
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)	52.932,93	-16.623,94	69.556,87	-418,4
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0,00	11.715,64	-11.715,64	-100,0
Juros e Gastos Similares Suportados	-11.856,01	0,00	-11.856,01	100,0
Resultado Antes de Impostos	41.076,92	-4.908,30	45.985,22	-936,9
<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>41.076,92</b>	<b>-4.908,30</b>	<b>45.985,22</b>	<b>-936,9</b>

Discriminando, por tipos, e separando os rendimentos e ganhos dos gastos, a Demonstração dos resultados do período (preparada pelos auditores) é a seguinte:

**Atividade Corrente + Eleitoral**

	2012	2011	Variação	
			Valor	%
<b>Rendimentos:</b>				
Quotas	675,00	2.560,00	-1.885,00	-73,6
Donativos	0,00	0,00	0,00	
Contribuições Filiados	0,00	0,00	0,00	
	<u>675,00</u>	<u>2.560,00</u>	<u>-1.885,00</u>	<u>-73,6</u>
Outros Rendimentos e Ganhos:				
Subvenções	177.812,30	165.681,49	12.130,81	7,3
Donativos e angariação de fundos Campanhas Campanhas eleitorais (Reembolso da contribuição do Partido)	0,00	0,00	0,00	
	0,00	11.715,64	-11.715,64	-100,0
Correções períodos anteriores	858,76	0,00	858,76	
Outros	125,50	0,00	125,50	
	<u>178.796,56</u>	<u>177.397,13</u>	<u>1.399,43</u>	<u>0,8</u>
<b>Total dos Rendimentos:</b>	<b><u>179.471,56</u></b>	<b><u>179.957,13</u></b>	<b><u>-485,57</u></b>	<b><u>-0,3</u></b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>Variação Valor</b>	<b>%</b>
<b>Gastos:</b>				
Fornecimentos e Serviços Externos	125.374,74	70.262,61	55.112,13	78,4
Gastos com o Pessoal	0,00	0,00	0,00	
Gastos de Depreciação e Amortização	903,88	1.116,55	-212,67	-19,0
	<u>126.278,62</u>	<u>71.379,16</u>	<u>54.899,46</u>	<u>76,9</u>
Outros Gastos e Perdas	260,01	24.954,09	-24.694,08	-99,0
Campanhas eleitorais (Contribuições do Partido)	11.835,85	88.500,00	-76.664,15	-86,6
Juros de Mora e Compensatórios	20,16	32,18	-12,02	-37,4
	<u>12.116,02</u>	<u>113.486,27</u>	<u>-101.370,25</u>	<u>-89,3</u>
<b>Total dos Gastos:</b>	<b><u>138.394,64</u></b>	<b><u>184.865,43</u></b>	<b><u>-46.470,79</u></b>	<b><u>-25,1</u></b>
<b>Resultado do Período</b>	<b><u>41.076,92</u></b>	<b><u>-4.908,30</u></b>	<b><u>45.985,22</u></b>	<b><u>-936,9</u></b>

Com base na análise da Demonstração dos resultados verifica-se que os Rendimentos são de 179.472 euros, tendo baixado 0,3% relativamente a 2011, e que as Subvenções Públicas, provenientes da Assembleia da República, no total de 177.812 euros (165.681 euros em 2011), continuam a ser o principal meio de financiamento do Partido, representando 99% dos rendimentos e excedendo em 28,5% os gastos do Partido em 2012

(representando 92% dos rendimentos e suportando 90 % dos gastos do Partido em 2011).

As quotizações, em 2012, baixaram para apenas 675 euros (2.560 euros em 2011).

Os gastos da atividade do Partido totalizam 138.395 euros, tendo baixado 25,1%, relativamente a 2011 (184.865 euros em 2011).

2. As Demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas e enviadas pelo PCTP/MRPP ao Tribunal Constitucional, apresentam as seguintes deficiências de apresentação (ver Ponto 1 da Secção C deste Relatório):

- Não foi entregue o Anexo às Demonstrações financeiras de 2012;
- Não foi entregue o Relatório de Gestão relativo às contas anuais de 2012.

Também não foi entregue a Lista de Ações e Meios (ver Ponto 7 da Secção C deste Relatório).

3. As Demonstrações financeiras referentes ao ano de 2012 refletem tanto a atividade corrente do Partido como os efeitos da Campanha Eleitoral desenvolvida pelo Partido para a Eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de 14 de outubro de 2012 (as contas de 2011 refletem também os efeitos da atividade da Campanha Eleitoral para a Assembleia da República, de 5 de junho de 2011).

Para uma melhor visualização do efeito das atividades de campanhas eleitorais, apresenta-se de seguida resumo dos resultados excluindo os valores suportados pelo PCTP/MRPP nas referidas Campanhas:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Resultado do período	41.076,92	-4.908,30
Resultado da Atividade de Campanha – Eleições Legislativas de 2011	0,00	-11.715,64
Resultado da Atividade de Campanha – Eleição Assembleia Legislativa A.R. Açores 2012	11.835,85	0,00
<b>Resultado Operacional da atividade corrente do Partido</b>	<b><u>52.912,77</u></b>	<b><u>-16.623,94</u></b>

O resultado da Campanha eleitoral para a Eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, de 2012, foi negativo em 11.835,85 euros (valor do financiamento suportado pelo Partido).

4. O Balanço do PCTP/MRPP, reportado a 31 de dezembro de 2012, apresenta Ativos totais líquidos no montante de 125.843 euros (80.593 euros em 2011). Passando à análise das rubricas do Balanço, os seus saldos são os seguintes:

**4.1 Ativos fixos tangíveis:** Em 2012 regista 921 euros (1.825 euros em 2011). O saldo registado nesta rubrica corresponde ao valor líquido dos ativos fixos tangíveis (valores de aquisição deduzidos das depreciações anuais), decorrendo a redução das depreciações registadas no ano, não tendo o Partido registado qualquer adição em 2012.

A decomposição dos ativos fixos tangíveis e das respetivas depreciações, em 2011 e 2012, é a seguinte:

<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>	<b>Valor</b>			<b>Valor</b>
<b>Descrição</b>	<b>Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Abates</b>	<b>Final</b>
<b>Equipamento Básico:</b>				
<b>Equipamento de Transporte:</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Equipamento Administrativo:</b>	9.352,49	0,00	0,00	9.352,49
<b>Outros Ativos Fixos Tangíveis:</b>	499,00	0,00	0,00	499,00
<b>Totais:</b>	<b>9.851,49</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.851,49</b>

<b>DEPRECIAÇÕES</b>	<b>Valor</b>			<b>Valor</b>
<b>Descrição</b>	<b>Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Abates</b>	<b>Final</b>
<b>Equipamento Básico:</b>				
<b>Equipamento de Transporte:</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Equipamento Administrativo:</b>	7.893,51	804,08	0,00	8.697,59
<b>Outros Ativos Fixos Tangíveis:</b>	132,80	99,80	0,00	232,60
<b>Totais:</b>	<b>8.026,31</b>	<b>903,88</b>	<b>0,00</b>	<b>8.930,19</b>



**4.2 Adiantamentos a Fornecedores:** Em 2012 esta rubrica apresenta um saldo de 1.001 euros (sem saldo em 2011), decompondo-se da seguinte forma:

<b>Conta</b>	<b>Designação</b>	<b>Saldo</b>
<b>2211 Fornecedores Gerais</b>		
221111009	PT Comunicações, S.A.	996,78
221111011	EPAL	4,39
<b>Total</b>		<b>1.001,17</b>

O valor registado na conta da PT Comunicações corresponde a notas de crédito emitidas por aquele fornecedor, sem que tenham sido registadas na respetiva conta as faturas que deram origem a tais créditos (ver Ponto 2 da Secção C deste Relatório).

O saldo registado na conta com a EPAL corresponde ao valor da caução prestada para aluguer do contador de água.

**4.3 Outras Contas a Receber:** Regista um saldo de 30.398 euros (19.697 euros em 2011), decompondo-se da seguinte forma:

<b>Conta</b>	<b>Designação</b>	<b>Saldo</b>
<b>278 Outros Devedores e Credores</b>		
2785	Garantias Prestadas:	
2785101	Tribunal Constitucional - Processos	25.973,54
2786	Penhoras Executadas:	
27861	Proc.º	4.424,81
<b>Total</b>		<b>30.398,35</b>

Com base na análise ao quadro acima, verifica-se que:

- O valor de 25.974 euros teve origem em 2011 e refere-se ao montante de subvenção da Assembleia da República que o Partido não chegou a receber, por ter sido penhorado pelo Tribunal de Pequena Instância de Lisboa, devido aos montantes em dívida relativos às coimas aplicadas pelo Tribunal Constitucional, relativas a anos anteriores, que o Partido não pagou.
- Quanto ao valor de 4.425 euros, trata-se do montante penhorado pelo Tribunal Criminal de 1.ª Instância de Lisboa, em outubro de 2011, o

qual se encontra devidamente provisionado (ver adiante na análise às contas do Passivo).

**4.4 Diferimentos:** Regista um saldo de 2.431 euros (2.425 euros em 2011), o qual se refere a um mês de renda das instalações do Partido, em Lisboa e no Porto, nos valores de, respetivamente, 2.250 euros e 181 euros, pagas em 2012, mas referentes a janeiro de 2013, cumprindo assim o princípio contabilístico do acréscimo.

**4.5 Caixa e Depósitos Bancários:** O saldo desta rubrica ascende, em 2012, a 91.092 euros (56.645 euros em 2011), apresentando a seguinte decomposição:

Conta		2012	2011
N.º	Designação		
111	Caixa Geral	5.821,28	0,00
	Fundo de Maneio de Tesouraria	0,00	5.305,43
	Depósitos à Ordem:		
121	Caixa Geral de Depósitos - D.O. 0202030453030	82.246,40	48.315,94
122	Caixa Geral de Depósitos - D.O. 0202037026630	3.024,01	3.024,01
	Total de Depósitos à Ordem	85.270,41	51.339,95
	<b>Total</b>	<b>91.091,69</b>	<b>56.645,38</b>

A conta de Caixa regista um saldo de 5.821,28 euros (5.305,43 euros em 2011), não tendo sido encontrada em arquivo a correspondente folha de Caixa, pelo que não foi possível aos auditores confirmar a validade deste saldo.

A conta bancária na Caixa Geral de Depósitos – D.O. regista um saldo contabilístico de 82.246 euros, enquanto o banco apresenta um saldo de 86.460 euros, tendo sido elaborada a conciliação bancária, a qual apresenta os seguintes valores em trânsito, no total de 4.213,68 euros:

Movimento	Valor
<b>Saldo no Partido</b>	<b>82.246,40</b>
Cheque	3.500,00
Cheque	337,50
Cheque	30,75
Cheque	345,43
	4.213,68
<b>Saldo no banco</b>	<b>86.460,08</b>

Em relação à conta bancária na Caixa Geral de Depósitos - D.O. , esta apresenta o saldo de 3.024,01 euros, desde 02/06/2010, conforme extrato emitido por aquela instituição bancária em 29/05/2012 (último extrato bancário disponível). Adicionalmente, o Partido obteve, em 28/05/2014, uma declaração do banco confirmando a existência daquele saldo na conta em referência.

Foi ainda efetuada circularização à Caixa Geral de Depósitos para confirmação dos saldos, das contas e de quem tem poderes para as movimentar, da existência de outras contas ou de aplicações de tesouraria, e da existência ou não de financiamentos ou de encargos sobre o PCTP/MRPP. Contudo, até à data de emissão deste Relatório não foi obtida qualquer resposta por parte do banco.

5. Os **Capitais Próprios** em 31-12-2012 registam um total de 60.307 euros, compreendendo 19.230 euros de Resultados transitados e 41.077 euros de resultado apurado no período.

No que respeita aos Resultados Transitados, registam uma diminuição, passando de 65.153 euros em 2011 para 19.230 euros em 2012, decorrendo da aplicação do resultado líquido de 2011 (negativo em 4.908 euros) e de outros ajustamentos, relativos a correções a períodos anteriores, de valor relevante, totalizando 41.015 euros, respeitantes a coimas e multas não imputadas a gastos nos anos a que diziam respeito.

6. A análise dos saldos do **Passivo**, em 31 de dezembro de 2012, é a seguinte:

**6.1 Provisões:** Esta rubrica mantém o saldo de 4.425 euros, que corresponde a uma provisão criada em 2011 para fazer face a processo n.º 1803/10.2TSFLS8, sobre o qual existe uma penhora no mesmo valor (ver nota relativa a Outras contas a receber).

**6.2 Fornecedores:** Regista um saldo de 127 euros (20 euros em 2011), relativo ao fornecedor ZON TV Cabo Portugal.

Foi efetuada circularização, para confirmação dos saldos, dos seguintes fornecedores:

221111002 - Ria Lisa – Visual Networking, Lda.

221111003 - Tipografia Lobão, Lda.

221111012 – Sado Rent

221111021 / 22- ZON Optimus S.G.P.S., S.A.

221111028 – Infosquad – Consultoria Informática

Até à data de emissão do presente Relatório não foi obtida qualquer resposta, tendo sido entretanto solicitada a colaboração do Partido, no sentido de contactar os fornecedores, para procurar obter a confirmação dos saldos.

**6.3 Estado e Outros Entes Públicos:** Em 2012, o saldo desta rubrica é de 119 euros (215 euros em 2011), correspondendo ao valor das retenções na fonte efetuadas pelo Partido, relativamente a rendimentos empresariais e profissionais.

É de assinalar contudo que este saldo tem, pelo menos parcialmente, origem em anos anteriores, pois o saldo inicial das retenções na fonte era de 214,55 euros, tendo-lhe sido adicionados 64,50 euros de retenções, efetuadas em 2012, e deduzidos 160,00 euros, correspondentes a uma entrega de retenções, ficando por entregar à Autoridade Tributária os referidos 119,05 euros. Portanto, encontra-se tal saldo em situação de mora (ver Ponto 3 da Secção C deste Relatório).

**6.4 Outras Contas a Pagar:** Regista um saldo de 60.865 euros (15.688 euros em 2011), o que representa um aumento de 45.177 euros relativamente a 2011.

O saldo desta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

<b>Conta</b>	<b>Saldo</b>
272 Devedores e Credores por Acréscimos	
2722 Credores por Acréscimos de Gastos	
27224 Acréscimos de Comunicações	345,43
Outros Acréscimos de Gastos	
272257 Serviços Contabilidade	<u>39.190,00</u>
	<u>39.535,43</u>
278 Outros Devedores e Credores	
2781 Militantes do Partido	
278102 Dr. António Pestana Garcia Pereira	<u>1.500,00</u>
2784 Estado Credor por Multas e Coimas	
278405 Multas e Coimas - Procº Nº.	1.817,55
278407 Multas e Coimas - Procº Nº. 14/CPP	1.000,00
278408 Multas e Coimas - Procº Nº. 15/CPP	6.637,50
278409 Multas e Coimas - Procº Nº. 18/CPP	<u>10.375,00</u>
	<u>19.830,05</u>
<b>Total</b>	<b><u>60.865,48</u></b>

A análise dos saldos do quadro anterior é a seguinte:

- **Acréscimos de Comunicações** (345 euros): Referem-se às estimativas dos consumos no final de 2012, ainda não debitados (porque os fornecedores só emitem as faturas no ano seguinte), para servir de contrapartida aos valores imputados a gastos do período (cumprimento do princípio do acréscimo).
- **Serviços de Contabilidade**: Referem-se ao valor a faturar relativo à execução de serviços de Contabilidade. Em 2011, o saldo desta conta era já de 15.190 euros, tendo os restantes 24.000 euros, relativos a 2012, tido como contrapartida a conta de Fornecimentos e Serviços Externos.

É de referir que o Partido não tem efetuado pagamentos referentes a esta prestação de serviços, por parte do fornecedor OROTAM, Lda., que, por seu lado, também não procedeu ainda à emissão das correspondentes faturas, pelo que poderá esta situação ser

eventualmente considerada como donativo de pessoa coletiva (ver Ponto 4 da Secção C deste Relatório).

- **Outros Devedores e Credores – Dr. António Pestana Garcia Pereira:** A conta deste filiado regista um saldo credor de 1.500,00 euros há mais de dois anos, não estando a ser objeto de amortização do capital, nem do pagamento de juros (ver Ponto 5 da Secção C deste Relatório).
- **Estado Credor por Multas e Coimas:** Com esta designação são registados valores de coimas aplicadas pelo Tribunal Constitucional ao PCTP/MRPP, que o Partido tem vindo a pagar em prestações mensais. O saldo desta conta em 31-12-2011 era de 11.433,25 euros, tendo sido pagos, durante o ano de 2012, 9.615,70 euros, em função do que o saldo da primeira conta indicada nesta sub-rubrica se reduziu a 1.817,55 euros. Foram, por outro lado, registados novos valores de coimas no ano de 2012, relativamente às quais subsiste um saldo a regularizar de 18.012,50 euros.

278405 Multas e Coimas - Procº Nº.	1.817,55
278407 Multas e Coimas - Procº Nº. 14/CPP	1.000,00
278408 Multas e Coimas - Procº Nº. 15/CPP	6.637,50
278409 Multas e Coimas - Procº Nº. 18/CPP	<u>10.375,00</u>
	<u>19.830,05</u>

**7.** A análise dos **Rendimentos** de 2012 é a seguinte:

**7.1 Quotas:** Em 2012 foram recebidas quotas no valor de 675 euros (2.560 euros em 2011), o que representa uma redução, neste tipo de receitas, de 1.885 euros (- 73,6%) em relação a 2011.

Reiterando a observação que tem vindo a ser efetuada em anos sucessivos, os recebimentos de quotas continuam a ser suportados através dos registos bancários referentes a transferências para a conta bancária geral do Partido, continuando também a não ser emitidos recibos e não estando identificados os seus pagadores (apenas nalguns casos, e de forma incompleta, nos extratos bancários).

Em consequência do exposto, continua a não ser possível validar os valores atribuídos a quotas, nem confirmar que tais valores não se referem a donativos, pois não é possível confirmar a qualidade de filiados das pessoas que efetuam pagamentos ao Partido. Em face desta situação não é possível verificar a legalidade desta receita (ver Ponto 6 da Secção C deste Relatório).

Por outro lado, como os Estatutos do PCTP-MRPP, publicados em 7/12/2010, não fazem qualquer referência ao pagamento de quotas, os pagamentos efetuados pelos filiados são atos voluntários, dependendo da vontade expressa de quem efetua o pagamento, pelo que o montante registado a título de rendimento do ano corresponde ao valor efetivamente pago pelos filiados no período.

Assim sendo, seria mais apropriado registar tais pagamentos numa conta de Contribuições de filiados (o que requer também a emissão de recibos com a identificação de quem pagou e o seu número de filiado).

**7.2 Subvenções:** As subvenções registadas nas contas anuais de 2012 correspondem ao valor pago pela Assembleia da República, no total de 177.812 euros (165.681 euros em 2011), sendo este o principal meio de financiamento do PCTP/MRPP.

Foi confirmado o valor registado na Contabilidade face ao valor declarado pela Assembleia da República em 2012, através do Ofício n.º 130S/GABSG/2013, de 12 de julho, dirigido à ECFP pela Secretária-Geral da Assembleia da República.

**7.3 Correções Períodos Anteriores:** Regista um saldo de 859 euros, respeitando ao valor de notas de crédito emitidas pela PT Comunicações, relativamente a faturação de períodos anteriores (pelo que já tinham sido reconhecidos como gastos em anos anteriores).

**7.4. Outros:** Regista um valor de 125,50 euros, referente a regularização do saldo residual da subconta 278403 – Multas e Coimas Proc.º 155/10.6TFLSB.

**8.** Relativamente aos **Gastos** do ano é a seguinte a sua análise:

**8.1 Fornecimentos e Serviços Externos:** Regista um saldo de 125.375 euros (70.263 euros em 2011), o que representa um aumento de 55.112 euros (+ 78,4%) em relação a 2011.

Esta é a rubrica com maior peso na estrutura dos gastos, pois representa mais de 90% do total dos gastos do período quando, em 2011, representava apenas 38% do total dos gastos do ano.

A decomposição do saldo desta rubrica e a sua comparação com o ano anterior é a seguinte:

Conta	Designação	2012	2011	Variação	
				Valor	%
622	Serviços Especializados:				
6221	Trabalhos Especializados	27.901,12	4.403,90	23.497,22	533,6
6222	Publicidade e Propaganda	11.979,59	11.837,52	142,07	1,2
6223	Vigilância e Segurança	578,93	156,96	421,97	268,8
6224	Honorários	5.995,35	0,00	5.995,35	
6225	Comissões	0,00	10,10	-10,10	-100,0
6226	Conservação e Reparação	725,23	1.047,44	-322,21	-30,8
		<b>47.180,22</b>	<b>17.455,92</b>	<b>29.724,30</b>	<b>170,3</b>
623	Materiais:				
6231	Ferramentas e Utens. Desgaste Rápido	7,45	239,10	-231,65	-96,9
6232	Livros e Documentação Técnica	111,15	62,82	48,33	76,9
6233	Material de Escritório	1.169,95	1.036,36	133,59	12,9
		<b>1.288,55</b>	<b>1.338,28</b>	<b>-49,73</b>	<b>-3,7</b>
624	Energia e Fluidos:				
6241	Eletricidade	656,61	577,82	78,79	13,6
6242	Combustíveis	2.449,92	2.481,14	-31,22	-1,3
6243	Água	219,29	191,18	28,11	14,7
		<b>3.325,82</b>	<b>3.250,14</b>	<b>75,68</b>	<b>2,3</b>
625	Deslocações, Estadas e Transportes:				
6251	Deslocações e Estadas	33.741,57	24.781,64	8.959,93	36,2
62551	Transportes de Pessoal	0,00	0,00	0,00	
6253	Transportes de Mercadorias	8,20	0,00	8,20	
		<b>33.749,77</b>	<b>24.781,64</b>	<b>8.968,13</b>	<b>36,2</b>
626	Serviços Diversos:				
6261	Rendas e Alugueres	33.310,72	18.554,12	14.756,60	79,5
6262	Comunicação	5.943,33	4.476,11	1.467,22	32,8
6263	Seguros	0,00	1,01	-1,01	-100,0
6265	Contencioso e Notariado	20,91	0,00	20,91	
6266	Despesa de Representação	0,00	11,25	-11,25	-100,0
6267	Limpeza, Higiene e Conforto	230,05	230,16	-0,11	-0,0
6268	Outros Serviços	325,37	163,98	161,39	98,4
		<b>39.830,38</b>	<b>23.436,63</b>	<b>16.393,75</b>	<b>69,9</b>
<b>Total</b>		<b>125.374,74</b>	<b>70.262,61</b>	<b>55.112,13</b>	<b>78,4</b>



Conforme o quadro acima, as principais variações ocorreram nas seguintes subcontas:

- Os Trabalhos Especializados registaram um aumento de 23.497 euros (+ 533,6%) em relação a 2011. A conta com valor mais relevante é a de "Contabilidade", que regista um total de 27.880 euros.
- Os Honorários registam saldo de 5.995 euros em 2012, não apresentando esta conta saldo no ano de 2011. Os gastos registados em 2012 referem-se a: "assistência técnica", no total de 4.126 euros; organização da informação, 1.500 euros; e consultoria, 369 euros. Não foram encontrados arquivados contratos de prestação de serviços relativos a estes gastos.
- As Deslocações e Estadas aumentaram 8.960 euros (+ 36,2%) em relação a 2011. Esta conta, cujo saldo ascende, no ano de 2012, a 33.742 euros, compreende fundamentalmente os seguintes valores: Quilómetros em viatura particular, no total de 30.914 euros; Transportes Públicos, 1.515 euros; Refeições, 928 euros; e Portagens, 369 euros.

A ECFP entende que a despesa relativa a quilómetros em viatura particular apresenta valor elevado (ver Ponto 8 da Secção C deste Relatório).

- As Rendas e Alugueres aumentaram 14.757 euros (+ 79,5%) relativamente ao ano anterior, ascendendo, em 2012, a um valor total de 33.311 euros. As rendas de instalações foram de 29.161 euros; o aluguer de viaturas totalizou 3.330 euros; e o Aluguer de Salas e Espaços foi de 820 euros.
- Os gastos com Comunicação aumentaram 1.467 euros (+ 32,8%) em relação a 2011, ascendendo, em 2012, a um total de 5.943 euros. O valor de gastos com comunicações telefónicas foi de 5.895 euros.

Com base na análise documental efetuada pelos auditores, foram identificadas as seguintes anomalias:

- a) Embora se encontrem lançados na subconta 62211121 – "Contabilidade – Com IVA n/ dedutível – T. Nac.", os seguintes gastos, no total de 3.880,28 euros, respeitam efetivamente a honorários e a publicidade:

- Lançamento 2010005, em 26/01/2012, no valor de 2.804,40 euros, de Info Squad, relativo a reestruturação do *site* institucional e ao desenvolvimento do novo *site*;
- Lançamento 2050004, em 03/05/2012, no valor de 615,00 euros, referente a alterações no *site*;
- Lançamento 2030007, em 02/03/2012, no valor de 221,40 euros, relativo a alojamento de página;
- Lançamento 2060005, em 20/06/2012, no valor de 221,40 €, referente a renovação do domínio de internet;
- Lançamento 2030008, em 30/03/2012, no valor de 18,08 euros, referente a renovação do domínio de internet.

b) Existência de lançamentos suportados por fotocópias das faturas:

- Lançamento 14040003, em 11/04/2012, no valor de 121,92 euros, da Europcar (aluguer de viatura);
- Lançamento 14110002, em 11/11/2012, no valor de 233,98 euros, da Europcar (aluguer de viatura).

**8.2 Gastos de Depreciação e de Amortização:** O Partido registou gastos com depreciação dos seus ativos fixos tangíveis em 2012 no total de 903,88 euros, o que representa uma redução de 213 euros (- 19%) em relação a 2011.

**8.3 Outros Gastos e Perdas:** O saldo desta rubrica é de 260 euros (face a 24.954 euros registados em 2011).

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

<b>Conta</b>	<b>Designação</b>	<b>2011</b>	<b>2011</b>	<b>Variação</b>	<b>%</b>
681	Impostos:				
	- Imposto Sobre o Valor Acrescentado	0,00	14.632,69	-14.632,69	-100,0
	- Imposto de Selo	11,50	14,54	-3,04	-20,9
	- Taxas	202,20	0,00	202,20	
688	Outros:				
	- Correções Rel. a Períodos Anteriores	0,00	10.306,86	-10.306,86	-100,0
	- Outros Não Especificados	46,31	0,00	46,31	
<b>Total</b>		<b>260,01</b>	<b>24.954,09</b>	<b>-24.694,08</b>	<b>-99,0</b>

Como se pode observar, a maior variação ocorreu na conta de Imposto Sobre o Valor Acrescentado, que registava um valor de 14.633 euros no ano de

2011, não apresentando saldo em 2012. O mesmo sucede com a conta de Correções Relativas a Períodos Anteriores (que registava saldo de 10.307 euros em 2011).

**8.4 Campanhas Eleitorais (Contribuições do Partido):** O saldo desta conta é de 11.836 euros (88.500 euros em 2011), respeitando, em 2012, a despesas com a Campanha para a Eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, enquanto em 2011 se referia a despesas com a Eleição para a Assembleia da República, portanto de âmbito nacional.

9. O PCTP/MRPP não entregou, com as contas anuais de 2012, uma Lista de Ações e Meios, quando se verifica, através dos lançamentos contabilísticos, ter registado despesas com material de propaganda de valor superior a um smmn.

Embora o Partido não tenha entregado a Lista de Ações e Meios (ver Ponto 7 da Secção C deste Relatório), ainda assim procurou-se fazer o cruzamento da informação contida nos extratos e nos documentos que suportam os lançamentos contabilísticos com a lista de ações e meios, elaborada pela ECFP, dos meios utilizados nas ações de propaganda, pelo Partido.

Não foi possível identificar o registo na Contabilidade dos gastos correspondentes às seguintes ações (ver Ponto 9 da Secção C deste Relatório):

<b>Data</b>		<b>Ação</b>
01-jan	31-dez	Canal no Youtube
19-mar		Tempo de antena
nov		Faixas relativas à visita a Portugal de Angela Merkel

## **C. Limitações ao Âmbito dos Trabalhos de Auditoria ou Situações de Impossibilidade de Conclusão, Erros ou Incumprimentos**

### **1. Deficiências no Processo de Prestação de Contas**

As contas anuais de 2012 apresentadas pelo PCTP/MRPP, que deram entrada no Tribunal Constitucional, encontram-se incompletas, pois faltam os seguintes documentos:

- O Anexo às Demonstrações financeiras de 2012;
- O Relatório de Gestão.

A ECFP solicita assim o envio dos documentos em falta, sob pena de incumprimento parcial do n.º 2 do artigo 32.º da LO 2/2005 e do dever de organização contabilística constante do artigo 12.º, n.º 1, e também do n.º 2 do mesmo artigo da L 19/2003 (e Regulamento n.º 65/2007 da ECFP).

Sobre a falta de entrega do Anexo ao balanço e à demonstração de resultados, ver Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 314/2014, de 1 de abril, ponto 11.23, e Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 498/2010, de 15 de dezembro, ponto 6.1.16.B.

### **2. Falta de Registo de Gastos do Período ou de Períodos Anteriores**

Encontra-se registado na rubrica de Adiantamentos Fornecedores um saldo devedor com a PT Comunicações, no valor de 996,78 euros, que tem origem em notas de crédito emitidas por aquele fornecedor para anulação de parte do valor de faturas por ele anteriormente emitidas, sem que, contudo, tais faturas tenham sido registadas na respetiva conta de Fornecedores.

Assim sendo, os Gastos do período, ou de períodos anteriores (no caso de as faturas respeitarem a anos anteriores) encontram-se subavaliados, por falta de registo de tais faturas.

Solicita-se o esclarecimento desta situação e a eventual retificação das contas, que o Partido poderá enviar à ECFP nesta fase do contraditório, sob pena de infração ao dever genérico de organização contabilística previsto no n.º 1 do artigo 12.º da L 19/2003.

### **3. Não consideração de custos por atrasos de entregas ao Estado**

A rubrica Estado e Outros Entes Públicos apresenta um saldo credor de 119 euros, respeitante a valor das retenções na fonte efetuadas pelo Partido, relativamente a rendimentos empresariais e profissionais.

Pelo menos parte deste saldo tem origem em anos anteriores, pois o saldo inicial das retenções na fonte era de 214,55 euros, tendo-lhe sido adicionados 64,50 euros de retenções, efetuadas em 2012, e deduzidos 160,00 euros, correspondentes a uma entrega de retenções, ficando por entregar à Autoridade Tributária os referidos 119,05 euros. Portanto, encontra-se tal saldo em situação de mora.

Solicita-se o esclarecimento desta situação, sob pena de infração ao dever genérico de organização contabilística previsto no n.º 1 do artigo 12.º da L 1972003.

Sobre não consideração de custos por atrasos de entregas ao Estado, ver Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 314/2014, de 1 de abril, ponto 11.17.

### **4. Dívida a Credor, Sem Movimento – Possibilidade de Eventual Donativo de Pessoa Coletiva**

Na rubrica de Outras Contas a Pagar, a conta de “Serviços de Contabilidade” apresenta um saldo credor de 39.190 euros, que respeita ao valor a faturar relativo à execução de serviços de Contabilidade. Em 2011, o saldo desta conta era já de 15.190 euros, tendo os restantes 24.000 euros, relativos a 2012, tido como contrapartida a conta de Fornecimentos e Serviços Externos.

É de referir que o Partido não tem efetuado pagamentos referentes a esta prestação de serviços, por parte do fornecedor OROTAM, Lda., que, por seu lado, também não procedeu ainda à emissão das correspondentes faturas, pelo que poderá esta situação ser eventualmente considerada como donativo de pessoa coletiva.

O não pagamento desta dívida de valor significativo ao fornecedor referido pode traduzir um donativo encapotado que, sendo de uma pessoa coletiva, configuraria um donativo proibido pelo artigo 8.º, n.º 1, da L 19/2003.

A ECFP solicita pois ao PCTP/MRPP que esclareça esta situação.

#### **5. Dívida a Filiado Proveniente de Anos Anteriores – Donativo irregular ou ilegal**

A conta de Outros Devedores e Credores – Dr. \_\_\_\_\_ regista um saldo credor de 1.500 euros há mais de dois anos, não estando a ser objeto de amortização do capital, nem do pagamento de juros.

Trata-se de um empréstimo já analisado em exercícios anteriores e sobre o qual o Tribunal Constitucional no seu Acórdão relativo às contas anuais de 2009, Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 314/2014, de 1 de abril, se pronunciou no ponto 11.8.

A ECFP solicita assim ao PCTP/MRPP que esclareça se o montante credor corresponde a empréstimo contraído junto daquele credor, ou se se trata de um donativo que, como tal, deveria então ter sido registado.

#### **6. Impossibilidade de Confirmar a Origem e a Legalidade de Receitas do Partido**

Os recebimentos de quotas continuam a ser suportados através dos registos bancários referentes a transferências para a conta bancária geral do Partido, continuando também a não ser emitidos recibos e não estando identificados os seus pagadores (apenas nalguns casos, e de forma incompleta, nos extratos bancários).

Deste modo, continua a não ser possível validar os valores atribuídos a quotas, nem confirmar que tais valores não se referem a donativos, pois não é possível confirmar a qualidade de filiados das pessoas que efetuam pagamentos ao Partido.

Em face desta situação não é possível verificar a legalidade/regularidade desta receita.

Sobre a impossibilidade de confirmar a origem de algumas receitas, ver Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 314/2014, de 1 de abril, ponto 10.3.

A ECFP solicita pois ao PCTP/MRPP que esclareça esta situação, sob pena de incumprimento do n.º 1, alínea a) e do n.º 2 do artigo 3.º da L 19/2003.

## **7. Não Apresentação da Lista de Ações e dos Meios Utilizados em Cada Ação**

O PCTP/MRPP não deu cumprimento ao estipulado no n.º 2 e no n.º 5 do artigo 16.º da LO 2/2005, uma vez que não apresentou, até à data de entrega das Contas Anuais, a lista das ações realizadas bem como os meios nelas utilizados, que tivessem envolvido um custo superior a um salário mínimo nacional.

O Partido tem o dever de comunicar à ECFP as ações de propaganda política efetuadas, bem como os meios nelas utilizados, que envolvam um custo superior a um salário mínimo.

Assim, cabe à ECFP solicitar ao PCTP/MRPP o envio da lista das ações realizadas com a sua descrição detalhada e integral e dos meios nelas utilizados, devidamente quantificados e com a indicação do seu custo efetivo, mesmo que inferior a 1 SMMN, para que essa lista possa ser cruzada com as despesas incorridas em cada uma das ações e com as receitas obtidas, sob pena de incumprimento do n.º 1 do artigo 16.º da LO 2/2005, sendo uma obrigação do Partido que cabe à ECFP sancionar. A ausência da referida lista não permite aferir se todos os gastos e rendimentos estão integralmente registados nas Contas Anuais do Partido.

## **8. Incerteza Quanto à Razoabilidade das Despesas Com Deslocações em Viatura Particular**

Como referido no Ponto 8.1 da Secção B deste Relatório, a ECFP verificou que as Deslocações e Estadas aumentaram 8.960 euros (+ 36,2%) em relação a 2011. Esta conta, cujo saldo ascende, no ano de 2012, a 33.742 euros, compreende fundamentalmente os seguintes valores: Quilómetros em viatura particular, no total de 30.914 euros; Transportes Públicos, 1.515 euros; Refeições, 928 euros; e Portagens, 369 euros.

Contudo, a ECFP entende que a despesa relativa a quilómetros em viatura particular apresenta valor muito elevado.

De acordo com a listagem indicativa do valor dos principais meios de campanha (Listagem n.º 38/2013, in DR, 2.ª série, n.º 125, de 2 de julho de 2013, p. 20794), o preço médio do litro do gasóleo é de 1,343 euros, sendo o preço médio do litro de gasolina de 1,563 euros. Considerando o valor de gastos contabilizados, tal corresponderia a cerca de 22.850 litros de gasóleo, ou 19.800 litros de gasolina; e, com base num consumo médio de cerca de 8 litros/100km, tal corresponderia a cerca de 285.000 km (caso de viatura a gasóleo) ou 247.500 km (viatura a gasolina).

Embora a listagem referida não se aplique às contas anuais de 2012, e apesar de, como é do domínio público, haver flutuação nos preços dos combustíveis, os valores apurados apresentam-se desproporcionados, e portanto não razoáveis.

A ECFP solicita ao PCTP-MRPP que esclareça esta situação.

#### **9. Impossibilidade de Confirmação de Despesas Relativas a Meios de Propaganda – Impossibilidade de Confirmação de que Todos os Gastos do Ano se Encontram Refletidos das Contas**

Como o Partido não entregou, com as suas contas anuais de 2012, a Lista de Ações e Meios, não foi possível efetuar a comparação com a lista elaborada pela ECFP.

Procurou-se, ainda assim, fazer o cruzamento da informação contida nos extratos e nos documentos que suportam os lançamentos contabilísticos com uma lista de ações e meios, elaborada pela ECFP, dos meios utilizados nas ações de propaganda pelo Partido.

Em resultado deste processo, não foi possível identificar o registo na Contabilidade dos gastos correspondentes às seguintes ações:

<b>Data</b>		<b>Ação</b>
01-jan	31-dez	Canal no Youtube
19-mar		Tempo de antena
nov		Faixas relativas à visita a Portugal de Angela Merkel



Desta forma, não possível confirmar que todos os gastos referentes a 2012 se encontram registados nas contas anuais.

Sobre a matéria da não inclusão de todas as ações desenvolvidas, ver Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 314/2014, de 1 de abril, ponto 10.11.

Solicita-se assim ao Partido que identifique os gastos relativos àquelas ações.

#### **D. Conclusão**

Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, a ECFP considera que, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações de âmbito descritas nos Pontos 4, 6, 8 e 9 da Secção C e a outras situações de incumprimento referidas nos Pontos 1, 2, 3, 5 e 7 da Secção C, nada mais chegou ao conhecimento da ECFP que leve a concluir sobre a existência de outras situações relevantes que possam afetar as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo **PCTP/MRPP** com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

É impossível à ECFP, na ausência de elementos e de esclarecimentos adicionais, quantificar o impacto da maioria das limitações de âmbito descritas na Secção C, quer quanto aos rendimentos quer quanto aos gastos. O esclarecimento destas limitações de âmbito poderá determinar correções aos valores dos gastos e rendimentos declarados pelo PCTP/MRPP nas suas Contas anuais de 2012 e dos Capitais Próprios declarados em referência a 31 de dezembro de 2012.

O trabalho de auditoria foi concluído a 3 de junho de 2014

Lisboa, 16 de julho de 2014

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Margarida Salema d'Oliveira Martins (Presidente)

José Gamito Carrilho  
(Vogal)

Leonel Manuel Dias Vicente  
(Vogal, Revisor Oficial de Contas)